



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

065

AÇÃO RESCISÓRIA NÚMERO: 29540-1.

AUTORES: ROBERTO BOTSHKIS E NILDJA MARIA VASCONCELOS
BOTSHKIS.

RÉ: MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO.

DESEMBARGADOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

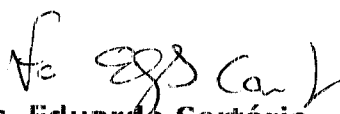
5146

EMENTA: AÇÃO RESCISÓRIA - DETERMINAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO DEPÓSITO E PARA JUNTAR CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO AOS AUTOS - DETERMINAÇÃO NÃO SUPRIDA - INTIMAÇÕES REITERADAS E NÃO CUMPRIDAS- INDEFERIMENTO DA INICIAL - PROCESSO EXTINTO - HONORÁRIOS - ART. 20, § 4º, DO C.P.C. 1. Sendo estipulado prazo para a complementação do depósito da caução disposta no inciso II do art. 488 do CPC, com intimação publicada na imprensa oficial por diversas vezes, omitindo-se a parte no cumprimento da diligência, é de se indeferir a petição inicial, com a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos dos arts. 267, inciso I, art. 284, parágrafo único, art. 295, inciso VI e art. 490, inciso II, todos do CPC. 2. Caso a parte ré tenha oferecido contestação, o indeferimento da inicial, com a extinção do processo sem julgamento do mérito, gera o ônus sucumbencial, devendo os honorários serem fixados com base no parágrafo 4º, do art. 20, do CPC.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: "A Câmara, por unanimidade, extinguiu a ação rescisória sem julgamento do mérito nos termos do voto do Desembargador Relator".

Recife, 11/10/05


Des. Eduardo Sertório
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

0326
Eslell

066

AÇÃO RESCISÓRIA NÚMERO: 29540-1.

AUTORES: ROBERTO BOTSHKIS E NILDJA MARIA VASCONCELOS
BOTSHKIS.

RÉ: MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO.

DESEMBARGADOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

RELATÓRIO:

Cuida-se de ação rescisória interposta por **ROBERTO BOTSHKIS** contra sentença proferida pelo Juízo da **1ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco**, nos autos da ação de usucapião movida por **MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO**, **processo número 7.044/87**.

AÇÃO: O Autor, alegando possuir direitos sucessórios sobre o imóvel constituído pelos lotes 620 e 621 do Loteamento Jardim Copacabana, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, pretende rescindir a sentença declaratória de procedência em favor da Ré, nos autos da ação de usucapião pela mesma promovida.

FUNDAMENTAÇÃO: Em apertada síntese, o Autor afirma ter a sentença rescindenda julgado a lide contra a prova produzida nos autos, onde não teriam sido demonstrados os requisitos legais para a aquisição da propriedade via usucapião.

PEDIDOS: Em virtude da alegada deficiência na análise do conjunto probatório produzido nos autos da ação de usucapião, pugna pela rescisão da sentença, com a anulação dos registros imobiliários dela decorrentes.

CONTESTAÇÃO: Às fls. 130/154, aduziu a Ré preliminarmente: a) **Falta de outorga marital** nos termos do art. 10 do CPC; b) **Ilegitimidade ativa**, pois o Autor não deteria direito sucessório sobre o imóvel; c) **Impossibilidade jurídica do pedido**, pois o imóvel constituído pelo lote 621 do Jardim Copacabana nunca foi de propriedade do genitor do Autor; d) **Falta de outorga uxória** quando da celebração do compromisso de compra e venda do imóvel constituído pelo lote 620 do Jardim Copacabana; e) **Ausência de comprovação do pagamento** do preço quando da

2
1

06x
0327
8500

celebração do compromisso de compra e venda do imóvel constituído pelo lote 620 do Jardim Copacabana; f) **Falta de declaração pelo advogado do Autor de seu endereço profissional**, nos termos do inciso I do art. 39 do CPC; g) **Impugnação ao valor da causa**; h) **Impossibilidade de rediscussão da matéria** em sede de ação rescisória e i) **Denúnciação à lide** dos antigos proprietários do imóvel constituído pelo lote 621 do Jardim Copacabana.

No mérito, a Ré aduz terem sido demonstrados durante o processo de conhecimento todos os requisitos autorizadores da aquisição da propriedade via usucapião, não havendo qualquer vício na sentença rescindenda.

RELEVANTES QUESTÕES PROCESSUAIS:

Às fls. 216/217 foi determinada a intimação dos Autores para a) complementar o valor das custas processuais; b) recolher o depósito de 5% da multa disposta no inciso II do art. 488 do CPC e c) juntar aos autos certidão de trânsito em julgado da sentença rescindenda.

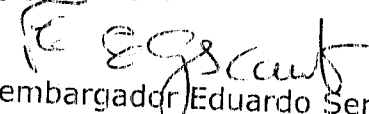
A determinação de emenda da inicial foi renovada pelos despachos de fls. 225, 290, 295, 307, 312 e 317.

Os Autores foram devidamente intimados dos despachos supra 7 vezes pela imprensa oficial (fls. 223v, 291, 297, 308, 313 e 322), e duas vezes pessoalmente por mandado de intimação (fls. 227/228 e 237/238).

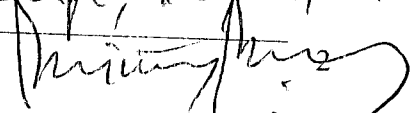
À fl. 305v e 321v, foi certificado nos autos o cumprimento negativo dos mandados de intimação dos despachos de fls. 312 e 317, pois os Autores não mais residem no endereço informado nos autos.

É o Relatório. À revisão.

Recife, 4 de dezembro de 2008


Desembargador Eduardo Sertório

Relator

Despacho:
Revisão.
A pauta.
Recife, 18/09/09.


AÇÃO RESCISÓRIA NÚMERO: 29540-1.

AUTORES: ROBERTO BOTSHKIS E NILDJA MARIA VASCONCELOS
BOTSHKIS.

RÉ: MARIA DOLORES DA CONCEIÇÃO.

DESEMBARGADOR: DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO.

068

VOTO: Preliminar de indeferimento da petição inicial:

A presente ação rescisória deve ser extinta sem julgamento do mérito, pois os Autores, devidamente intimados, deixaram de cumprir as determinações de emenda à petição inicial, referente à incumbência de trazer aos autos a certidão de trânsito em julgado da sentença rescindenda e sobre o implemento da caução disposta no inciso II do art. 488 do CPC.

Esse Tribunal, na cautelosa condução do feito pelos Desembargadores que me antecederam, determinou por 7 vezes a intimação dos Autores para cumprirem as determinações de emenda à inicial.

Tais intimações se operaram todas as 7 vezes no nome dos patronos dos Autores através de publicação no órgão da imprensa oficial e 2 vezes por oficial de justiça, pessoalmente às partes, no endereço fornecido nos autos.

Apesar de todas as ordens de emenda da inicial, os Autores deixaram de cumprir as diligências, enquadrando-se o caso na hipótese de indeferimento da petição inicial disposto no parágrafo único do art. 284 do CPC.

Sobre a extinção da ação rescisória sem julgamento do mérito quando não implementada a caução disposta no inciso II do art. 488 do CPC, cito os seguintes arestos, *verbis*:

"AÇÃO RESCISÓRIA - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA - PROCEDÊNCIA - COMPLEMENTAÇÃO DO DEPÓSITO - DETERMINAÇÃO NÃO SUPRIDA NO PRAZO ASSINALADO - FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR - INDEFERIMENTO DA INICIAL - PROCESSO EXTINTO - HONORÁRIOS - ART. 20, § 4º, DO C.P.C. Julgada procedente a impugnação ao valor da causa e estipulado prazo para a complementação do depósito a que alude o art. 488, II, do C.P.C., omitindo-se a parte no cumprimento da diligência é de se indeferir o pleito exordial, com a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos

069

moldes do art. 267, IV, c/c art. 490, II, do C.P.C. Com o indeferimento da inicial e a extinção do processo sem exame do mérito, os honorários devem ser fixados com base no parágrafo 4º, do art. 20, do C.P.C" (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ação Rescisória número 2.0000.00.274108-2/000, Relator: Desembargador Gouvêa Rios, data da publicação no Diário Oficial: 28/10/2000, grifos meus).

"AÇÃO RESCISÓRIA - Ausência do depósito de que trata o artigo 488, II, do CPC - Condição de procedibilidade que não atendida gera a extinção do feito, sem exame do mérito, na forma do art 267, IV do CPC - Petição inicial indeferida - Extinção decretada" (Tribunal de Justiça de São Paulo, Ação Rescisória número 5747304800, Relator: Desembargador Ribeiro da Silva, Data do julgamento: 08/10/2008, grifos meus).

Também pela extinção do feito sem julgamento do mérito quando ausente a certidão de trânsito em julgado da sentença rescindenda, trago os seguintes julgados à colação, *verbis*:

"AÇÃO RESCISÓRIA - Assistência judiciária gratuita - Indeferimento - A declaração de pobreza por si só não tem o condão de demonstrar de maneira segura a situação econômica pecuniária dos Autores - Ausência de certidão de trânsito em julgado da sentença rescindenda. Peça indispensável para a propositura da ação - O ônus de instruir adequadamente a ação quando da interposição é da parte, dispensando qualquer diligência pelo Órgão Julgador - A situação narrada pelos Autores não se subsume a nenhuma das hipóteses de cabimento da ação rescisória - Ausência de interesse de agir - Carência da ação - Indeferimento da petição inicial e extinção do processo sem resolução de mérito" (CPC. Arts. 295. III cc art 490. inciso I cc art 267. inciso VI)" (Tribunal de Justiça de São Paulo, Ação Rescisória número 1199059006, Relatora: Desembargadora Berenice Marcondes Cesar, Data do julgamento: 02/09/2008, grifos meus).

Por fim, sobre os mandados de fls. 305v e 321v terem sido cumpridos negativamente, por não mais residirem os Autores nos endereços informados na exordial, não vejo qualquer óbice na extinção do feito sem resolução do mérito, em virtude disposto no parágrafo único ao art. 238 do CPC, acrescido pela Lei 11.382/06, *verbis*:

"Presume-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação

070

ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva”.

E os Autores foram devidamente intimados através da imprensa oficial dos despachos de fls. 312 e 317, conforme certificado nos autos às fls. 313 e 322.

Ou seja, cumpria aos Autores atualizarem o respectivo endereço, não havendo qualquer vício nas intimações efetuadas através da imprensa oficial capaz de elidir a prematura extinção do feito.

Por todas as razões acima, indefiro a petição inicial, extinguindo o feito nos termos dos art. 267, inciso I, art. 284, parágrafo único, art. 295, inciso VI e art. 490, inciso II, todos do CPC.

Ainda, nos termos do § 4º do art. 20 do CPC, condeno os Autores ao pagamento da verba sucumbencial, na importância de R\$ 2.000,00.

É como voto.

11/10/09
F. [assinatura] Cav



071

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE/REVISOR)

O voto do eminente Relator é no sentido de indeferir a petição inicial da Ação Rescisória.

DESEMBARGADOR SÍLVIO BELTRÃO

O meu voto é no mesmo sentido porque, efetivamente, a parte, para emendar a petição inicial, tem o prazo de dez dias. Foi intimado duas vezes pessoalmente, sete vezes pela imprensa e não cumpriu essa determinação, então, o art. 284 já autorizava a extinção do processo, uma vez que ele, intimado, não cumpriu. Se não cumpriu no prazo de dez dias, é o caso de extinção do processo e ele não poderia vir mais a cumprir porque já havia precluído qualquer direito. Seria, também, o caso de extinção sem apreciação meritória, com base no art. 267, inciso I.

Estou de pleno acordo com a Turma.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE/REVISOR)

Como Revisor, acompanho os mesmos fundamentos postos pelo eminente Desembargador Relator.

DECISÃO:

"UNANIMEMENTE, INDEFERIU-SE A PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA, EXTINGUINDO-SE O FEITO, NOS TERMOS DOS ART. 267, INCISO I, DO ART. 284, PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 295, INCISO VI E ART. 490, INCISO II, TUDO DE ACORDO COM O VOTO PROFERIDO PELA TURMA".